



A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Isaura Lays Sá Fernandes de Souza¹
layys15@hotmail.com

Luclécia da Silva dos Santos²
lucleciasanttos@gmail.com

Milena Marques Feitoza³
marques.milena.feitoza@gmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como finalidade analisar a infância do ponto de vista histórico, de modo a promover uma compreensão acerca da mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito de infância no decorrer da história. Sendo possível através deste trabalho, observar os contrastes em relação ao sentimento de infância presente em determinados momentos da história, como o caso de algumas atitudes que nos dias atuais parecem um absurdo - como o tratamento indiferente à criança pequena, porém há alguns séculos atrás era considerado como algo normal. A metodologia de pesquisa deste artigo é de natureza bibliográfica e documental, os quais apoiou-se em diversos tipos de fontes, como: artigos científicos, dissertações, livros, periódicos, ensaios críticos, entre outros; e em autores como: Castro (1998), Ariès (2006), Sarmiento (2007), Kuhlmann Junior (2010) e outros. Os estudos realizados sobre os diversos autores que trabalham com as noções da infância, demonstraram que existem e existiram diferentes processos que construíram modos de tratamento ao longo da história sobre a criança e o espaço que a mesma ocupa em seu âmbito familiar e social, que no hoje parecem apontar para uma nova perspectiva contemporânea de infância. Com os dados analisados, vê-se que é preciso compreender a infância e, conseqüentemente, a criança não como um ser único e universal, mas sim como um ser cultural, que vive uma experiência social e pessoal construída todo o tempo. Ao buscarmos por tomar a concepção de infância como construção, resultante do valor da cultura e da experiência, permiti-nos refletir sobre um aceitar da história e um pensar no futuro de modo a corresponder com as expectativas de políticas para crianças que garantam e protejam sua situação peculiar de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. História. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

¹ Estudante de graduação da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão;

² Estudante de graduação da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão;

³ Estudante de graduação da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão.

Na contemporaneidade, as discussões sobre a infância e as crianças adquiriram outro status. Percebe-se que nunca se deu tanta atenção aos estudos da criança e das infâncias e como estas tem se constituído tema de muitas discussões dentro das sociedades. Os estudos da infância abriram novas perspectivas de teorização e investigações da infância enquanto um fenômeno social e das crianças como atores sociais, possibilitando seu reconhecimento, problematizando suas posições e atuações, e examinando as formas como elas participam da/na sociedade e como são valorizadas suas ideias e ações.

A infância, como um período tão peculiar na vida do ser humano, é acentuada pelos dicionários como a fase compreendida entre o nascimento e a puberdade. Possuindo modos específicos de sentimentos, ações e comportamentos que devem ser abrangidos de maneira a se respeitar as diferentes culturas de determinado tempo e espaço; relacionando-se, ainda, com a troca de conhecimentos que se estabelecem entre crianças, adolescentes e adultos.

A vista disto, o presente estudo teve como finalidade analisar a infância do ponto de vista histórico, de modo a promover uma compreensão acerca da mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito de infância no decorrer da história. Sendo possível através deste trabalho, observar os contrastes em relação ao sentimento de infância presente em determinados momentos da história, como o caso de algumas atitudes que nos dias atuais parecem um absurdo - como o tratamento indiferente à criança pequena, porém há alguns séculos atrás era considerado como algo normal.

A metodologia de pesquisa deste artigo é de natureza bibliográfica e documental, os quais apoiou-se em diversos tipos de fontes, como: artigos científicos, dissertações, livros, periódicos, ensaios críticos, entre outros. De modo, a alcançar um entendimento sobre como se deu o processo do desenvolvimento da concepção de infância e o quanto tais percepções foram pertinentes para as visões sobre a criança atualmente - algo que foi historicamente construído ao longo dos anos; para promover no meio acadêmico, em especial aos licenciandos de Pedagogia sobre a relevância em analisar os fatores histórico/sociais que implicaram no que é ser criança e ter infância no ontem e no hoje.

Analisar as grandes transformações nos últimos tempos na infância e conseqüentemente na Educação Infantil torna-se necessária na compreensão

também do processo de aquisição de identidade para as instituições que trabalham com crianças, cujo processo foi e é longo e difícil. Tal processo histórico, permite aferir o fator que, se por séculos a criança era vista como um ser sem importância, quase invisível, hoje ela é considerada em todas as suas especificidades, com identidade pessoal e histórica, sendo agora encarada como um ser social-histórico de direitos.

Por conseguinte, no desenvolver do estudo será feita uma breve exposição do percurso historiográfico da concepção de infância, incidindo pela a Idade Média à Modernidade, com os contributos de distintos autores que se debruçaram sobre a história e produção da criança e infância.

2 AS NOÇÕES E A HISTÓRIA DA INFÂNCIA/CRIANÇA

A história da infância, ou seja, as lentas transformações dos costumes e práticas socioculturais que acarretaram mudanças na maneira de representar a infância, é essencial para compreender a infância de hoje. A infância tratada aqui é constituída como construção social, onde as diferenças de idade em nossa sociedade estão marcadas por significações e valores distintos que variaram e variam conforme a época histórica (CASTRO, 1998). Podemos considerar que

[...] a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Sendo assim, as crianças de hoje não são exatamente iguais às do século passado, nem serão idênticas às que virão nos próximos séculos (FROTA, 2007, p. 151).

Em cada período histórico, dentro de determinada comunidade, é imprimido a infância um significado específico, que não se atrela apenas à sua condição de ser biológica, mas também de ser social. Logo, a importância dada as crianças no meio social se transforma conforme o período histórico em que ela é considerada, sendo um equívoco aspirar analisar sob um mesmo referencial todas as infâncias e todas as crianças.

O conceito de infância nos dicionários da língua portuguesa é estimado como o período de desenvolvimento do ser humano que parte do nascimento à puberdade. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13/7/90) considera ser criança a pessoa até os doze anos de idade incompletos, e o

adolescente aquele entre os doze e dezoito anos de idade. No termo etimológico, a palavra infância, originária do latim, denota a incapacidade de falar; e esta incapacidade logo foi imposta ao período de vida que se chama e conhecemos como a primeira infância, que por alguns momentos foi vista como a fase da vida estendida até os sete anos de vida do sujeito, como o momento de entrada à idade da razão (KUHLMANN JR., 2010).

Como construção definida no presente momento, a visão que se possui da infância é como um período específico pelo qual todos os indivíduos passarão. A questão de que “todos os indivíduos nascem bebês e serão crianças até um determinado período, independente da condição vivida, é inegável, entretanto, tal premissa nem sempre foi percebida dessa maneira e por diversos períodos se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança” (ROCHA, 2002, p. 52). Todavia, a concepção do que vinha a ser a infância foi historicamente estabelecida através de um discurso histórico cujo significado está consignado ao contexto e às variáveis do contexto que o definem.

O estudo histórico sobre a infância e suas relações com a sociedade permite constatar que as expectativas, assim como as preocupações com as crianças, mudam de acordo com as relações sociais, culturais e econômicas que se formam nos diferentes movimentos da sociedade. Os significados atribuídos à infância fazem parte de um processo de construção social e, à cada época, correspondem ao discurso hegemônico “[...] que são modelados no interior de relações de poder e representam interesses manifestos da Igreja, do Estado, da Sociedade Civil [...]” (BUJES, 2000, p.13). Consequentemente, as representações associadas à infância são produto das intervenções feitas da religião, da família, da medicina, da psicologia, mídia, entre outros, que lhes atribuiu certos sentidos. Analisar esta historicidade, buscando compreender o que foram estes conceitos, nos propicia entender que “a fascinação pelos anos da infância é um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p.13) que se revela em seu complexo por meio das influências sofridas ao longo do tempo.

A obra ‘História social da criança e da família⁴’, de Philippe Ariès (ARIÉS, 2006), um importante historiador e medievalista francês, analisa por meio de um trabalho feito sobre multiplicidade de documentos, como fotos, diários, músicas,

⁴ Neste trabalho, realizou-se o estudo através da segunda edição da obra: ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** / Tradução de Dora Flaksman. – 2.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

iconografia religiosa e leiga da Idade Média, o processo histórico que levou à descoberta da infância e da construção do sentimento de infância. Os estudos de Ariès nesta obra, especificamente, partiram desde a Idade Média à Modernidade. Ele percorre dois caminhos para nortear suas constatações: o primeiro percorrendo a verificação de que a carência do sentido de infância, como um estágio importante no desenvolvimento da pessoa, abre as possibilidades para uma interpretação das sociedades Ocidentais, até o fim da Idade Média; e o segundo, que quer percorrer pela mesma maneira do primeiro sob a finalidade de definir a infância como um período diferente da vida adulta, e mostrar a análise do novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades modernas.

De acordo com os estudos de Ariès até o século XII a inexistência de sentimento de infância é nítida. Ao avaliar a arte medieval da época, percebeu que estas obras desconheciam a infância ou pelo menos não tentavam representá-la. Esta ausência não dar-se-ia pela falta de incompetência ou de habilidade dos artistas em suas artes, mas provavelmente porque não houvesse lugar para o reconhecimento social da infância naquele mundo (ARIÈS, 2006). Nos primeiros anos de vida, a criança pequena era vista como uma “coisinha engraçadinha”, com a qual as pessoas se divertiam, como se fossem um animalzinho ou um macaquinho impudente, afirma o autor. Era o início de um sentimento superficial sobre a criança, que Ariès denominou como ‘paparicação’. Contudo, se estas viessem a óbito então, como muitas vezes acontecia, alguns familiares podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança, desta maneira, não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 2006).

Recorrendo à origem etimológica do termo infância, oriunda do latim *in-fans*, que significa “sem linguagem”, ou seja, “incapacidade de falar”. Na tradição ocidental filosófica, não possuir linguagem significava não possuir pensamento, não ter conhecimento e, assim, não ter também racionalidade (CASTRO, 2007). Por consequência, o infante, a criança até os seus sete anos de idade, como não tinha condições de falar, seria tida como incapaz de expressar seus pensamentos e seus sentimentos. Visto como um ser considerado menor, seria um alguém a ser adestrado, moralizado e educado. No entanto, a palavra infância, desde a sua gênese, abrange o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, desconsiderando simultaneamente a construção complicada de uma

condição subalterna para os infantes diante dos membros adultos (CORDEIRO; COELHO, 2006).

O modo como os adultos lidavam com as crianças, na época medieval, não exigia nenhuma preparação dos mais velhos e o atendimento às mesmas era dado pelas chamadas criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias, a quem eram entregues logo após o nascimento (no caso das famílias ricas), para que estas pudessem ser introduzidas o quanto antes no mundo do trabalho (ARIÈS, 2006). As crianças iam adquirindo seus conhecimentos junto aos adultos, sendo entregues às famílias geralmente desconhecidas para serem educadas e para prestarem algum serviço doméstico ou aprender algum ofício. Através disso, a criança começava a ser mais autônoma em relação aos cuidados da mãe ou da ama de leite, logo iria se inserindo na sociedade dos adultos, participando dos seus trabalhos e jogos da forma que fosse possível.

As crianças que conseguiam alcançar uma certa idade não tinham uma identidade própria definida, só viam a tê-la quando conseguissem realizar coisas semelhantes àsquelas feitas pelos adultos com os quais estavam misturadas. Os bebês abaixo de dois anos, em particular, sofriam de descaso assustador, pois os pais consideravam pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, como eram tidas as crianças muito pequenas, que tinham alta probabilidade de morrer com pouca idade de vida (ARIÈS, 2006). Isto era supostamente uma indiferença em relação à infância tanto nos períodos medieval quanto moderno, que resultou nesta postura apática com relação à criação de filhos (HEYWOOD, 2004).

Por um longo período seguiu-se com esta indiferença (nos séculos XV, XVI e XVII). Nessa perspectiva, podemos articular que a infância não era valorizada, e nem dada a importância como dever-se-ia. O retrocesso de vida pode ser comprovado, conforme a tese arièsiana, a partir de obras de arte da época. São poucas as representações, porém nas que existiam poderia ser verificado que as crianças eram retratadas como adulto em miniatura. Este fato era visível, porque a partir de seus traços e expressões corporais, bem como suas vestimentas, lembrava-se um adulto em tamanho reduzido (ARIÈS, 2006). As crianças da época usavam trajes que não diferiam dos que eram destinados aos já crescidos, ou seja, aos adultos. Percebia-se que eram crianças pelo fato dessas figuras se

apresentarem em um tamanho reduzido, embora com rostos e musculatura de pessoas maduras. Entretanto, as crianças na Idade Média não estavam ausentes da realidade, porém, nunca apareciam como modelo de um retrato que retratasse a imagem de uma criança real da maneira como ela assemelhava-se neste determinado tempo de sua vida. A infância, então, era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido e nem deveria ter lembrança deste momento. De acordo com Heywood:

Não se tem notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida (...). De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura, fossem o drama elizabetano ou os grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto. (HEYWOOD, 2004, p.10)

Para as crianças eram atribuídos modos de pensar e sentimentos precedentes à razão e aos bons costumes, e cabia aos adultos desenvolver nelas o caráter e a razão. Pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas e preparadas para a vida adulta; uma concepção bastante presente no século XIII. Nesta época não se compreendia e nem se aceitava as diferenças e especificidades das crianças, a originalidade de seus pensamentos; apenas era esperado o tempo em que elas pudessem alcançar certa independência para se inserirem no mundo adulto. Quando alcançavam tal momento, de criancinha pequena logo eram transportadas a jovens adultos, sem estarem plenamente preparadas física e psicologicamente.

Após o sentimento de paparicação, nasce um outro sentimento em oposição ao primeiro, no final do século XVII no contexto eclesiástico, o chamado de apego. Por meio de uma manifestação da sociedade que desejava separar a criança do adulto para educá-la adentro de uma visão mais racional, pelos costumes e pela disciplina. De tal modo, foi nesse contexto moral, que a educação da/para a criança foi movida por posicionamento de moralistas e educadores. Com a evolução nas relações sociais que se estabeleceram na Idade Moderna, uma nova organização social surge, fazendo com que se estreitassem os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, permitindo que a criança passasse a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade (ROCHA, 2002). Barbosa esclarece que,

Foram criados [...] a partir do século XVIII, manuais de civilidade e boas maneiras, logo em seguida surgiu também uma literatura pedagógica destinada aos pais e educadores. De fato, foi nessa época que se começou a falar na fragilidade e na debilidade da infância, pois antes a infância era ignorada e vista como apenas um período de transição, estava-se adquirindo então uma importância dentro da família e dentro do sentimento de família. Formou-se assim, uma concepção moral da infância, que associava sua fraqueza a sua inocência, verdadeiro reflexo divino de pureza divina, e que colocava a educação na primeira fileira das obrigações humanas. O sentido da inocência infantil resultou, [...] numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida e principalmente da sexualidade tolerada, quando não aprovada entre os adultos; e fortalecê-la desenvolvendo o caráter e a razão (BARBOSA, 2010, p. 13).

As ocorrências e a vida cotidiana foram se delineando e despontando a possibilidade de novos olhares mais humanizados para com as crianças, e evidenciando ao adulto que as estas têm e possuem características que lhes são peculiares. Aos poucos a sociedade, com essas inúmeras mudanças, foi deixando de ver a criança como um adulto em miniatura. Paradigmas começaram a serem quebrados, sob os diversos fatores sociais e históricos que contribuíram para a constituição de uma nova conotação para a infância.

A ideia da infância se cristaliza definitivamente entre os séculos XVII e XVIII por meio das profundas mudanças que aconteceram na sociedade ocidental. Agora constituindo-se como um período histórico como ideia moderna, a infância assume um caráter distintivo e constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano (SARMENTO, 2007). A criança, agora numa nova sociedade industrializada, é entendida como um ser com suas particularidades, recebendo cuidado de seus familiares até o momento de precisar deixar seu contexto familiar e passar a frequentar a escola que também irá exercer uma casta de controle sobre suas vidas. Esta nova ordem que se instalou na sociedade urbana, fez com que as famílias passassem a assumir funções antes atribuídas ao Estado, ao qual cabia a tarefa de recolher as crianças às instituições escolares. Na diversidade social e urbana a criança aprendia a vida, a cultura e os saberes eram aprendidos de forma direta (REDIN, 1998). Segundo Kuller:

A confirmação dessa fase se dá ao passo em que a criança deixa o âmbito familiar e passa a frequentar uma instituição controlada pelo Estado, a escola. A escolarização passa a ser uma forma de o Estado manter o controle na sociedade. O que passa a ganhar apoio da igreja, a qual vê na escolarização uma forma de reforçar os preceitos religiosos, bem como assegurar e garantir seguidores em longa escala, pois desta forma ela iria

manter seu poder na sociedade. Assim fica visível que essa preocupação compulsória com as crianças do século XVIII era apenas uma forma de moralizar e discipliná-los, reforçando a ideologia (KULLER, 2009, p. 10).

Como mais um dos artifícios criados para a preparação destes indivíduos para a vida adulta, as escolas se originaram então com a pretensão de ser um mecanismo que fortalecesse a formação inicial das crianças. As instituições escolares passaram a substituir a aprendizagem que era obtida empiricamente pela observação dos mais experientes, pois até àquela época a transmissão de valores e dos conhecimentos vinculava-se ao contato das crianças com os jovens ou com os adultos através de um processo de socialização. Aquela era uma maneira de aprender a vida diretamente, ou seja, através de uma aprendizagem de cunho prático, baseada na observação do trabalho desempenhado pelos mais experientes.

O advento da escola moderna, então, está atrelado ao surgimento de um novo sentimento difundido socialmente e direcionado para as crianças, implicando em cuidados especiais. Tal processo também se atrelava ao amplo movimento de moralização promovido pelos reformuladores católicos e protestantes, além da cumplicidade sentimental das famílias, numa afeição entre os cônjuges, entre pais e filhos (CORDEIRO; COELHO, 2006). Conforme indica Costa (2009), a escola surge junto com a ideia de que a infância é um período da vida que precisa ser cuidado e moldado. E como pondera criticamente Ariès (2006), o colégio é a quarentena estabelecida para as crianças, para que estas sejam separadas dos adultos e lá permaneçam até estarem preparadas para serem “soltas” no mundo. Como uma espécie de enclausuramento, esta prática se dá de certa forma até os dias atuais, no processo que denominamos de escolarização.

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorre o ápice da Revolução Industrial⁵. Neste momento direciona-se um novo olhar sobre a infância. Estas passaram a serem vistas como possuintes de um valor econômico a ser explorado, e com a urgência por mão-de-obra, os direitos infantis de ter acesso à escola, como assegurava o Estado, começam a não serem cumpridos, introduzindo novamente estas crianças ao mercado de trabalho, sendo submetidas às explorações, em virtude dos ditames econômicos (AMARILHA, 2000). Foi uma fase nebulosa, já que antes as crianças eram tratadas com descaso numa vida em comum com os adultos, agora no

⁵ Foi um processo de grandes transformações econômico-sociais que principiou no século XVIII, na Inglaterra. Esta revolução ocasionou a substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril.

momento da Revolução estas têm o valor de braços para a indústria e cabeças para o comando que lhe trazem o exílio do seu tempo. A criança como tal, ainda continua com uma identidade específica, sendo desrespeitada e desumanizada. Viver a vida para as crianças, enquanto infância, era somente o período dominado por modelos de preparação para ser o futuro adulto.

Com o advento dos anos de 1850 a 1950, o momento ápice da infância tradicional, e com o desenvolvimento das ciências humanas e a consequente compreensão acerca desse período de vida humana, as crianças começaram a serem privadas das indústrias, e novamente sendo introduzidas nos contextos agentes de aprendizagens sistematizadas, as escolas, locais mais apropriados para esses propósitos. Conforme Moreira e Vasconcelos, “[...] a escola tornou-se uma instituição fundamental na sociedade, quando a infância passou a ser vista como fase dotada de diferença, a ser institucionalizada, separada do restante da sociedade e submetida a um regime disciplinar cada vez mais rigoroso” (MOREIRA; VASCONCELOS, 2003, p.171).

Nessa perspectiva, a escola juntamente com a família tornava-se duas instituições responsáveis pela retirada da criança da sociedade adulta (LIBARDI, 2016). Esse isolamento, provocado pela separação de ‘mundos’, dava-se pela idealização da infância, atrelada à sua invenção a ideia de aprendiz, ou seja, do sujeito que nada sabe e precisa ser capacitado e preparado para adentrar ao mundo adulto. Fase da vida que se limitava somente a característica da aprendizagem para seus aprendizes, às crianças a tarefa de aprender. Esta concepção de infância que concebemos ainda hoje é advinda dos posicionamentos racionalistas da história ocidental em conjunto com os valores racionalistas vigentes na Modernidade⁶, que contempla a infância como fase da vida humana que precisa de investimentos e edificação; de tal modo, colaborando com a segmentação da vida social alicerçada sob faixas etárias (LIBARDI, 2016).

Os estudos da tese arièsiana reconhecem a infância como uma construção da Modernidade. É a partir deste projeto de modernização que a infância sai do anonimato, e começa a ser objeto de estudo para várias áreas do saber (ARIÈS, 2006). A modernização é um período histórico que sucede o período medieval, que

⁶ Período de tempo que se refere às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto. Ver: GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

tem sua origem no século XVII, sob as profundas transformações sociais e culturais. Seu ápice ocorreu com o advento do iluminismo e no auge da sociedade industrial, sendo consagrada através dos ideários iluministas⁷ de desenvolvimento da ciência objetiva. A era moderna, com os preceitos de razão, na busca pela ordem, progresso e moralidade, surgiu substituindo os preceitos existentes na era medieval, como o divino, a fé e os fenômenos sobrenaturais, que eram base do conhecimento até a chegada da modernidade (ANDRADE, 2010).

Conforme indica Andrade (2010) a preocupação com a criança e sua formação, propagada pelo projeto de modernidade, não era sobre a criança em si, mas sobre o adulto de amanhã. A criança entendida como imatura, em seu estágio da não razão, propagava-se a infância legitimando-a como uma fase do desenvolvimento humano (de modo a idealizar a criança como um ser frágil e dependente do adulto, que precisava e devia ser educada e disciplinada para o desenvolvimento pleno de suas faculdades, inclusive a da razão).

Sob as ideias de progresso e desenvolvimento, a era Moderna impulsiona a vida humana sobre as narrativas das fases/estágios de evolução. A criança, nesta linha evolutiva, ocupa o menor lugar, como um ser que não está pronto, e como alguém que inacabado precisa de um tempo para ser preparado e vir a crescer. Através de investimentos, a criança alcança um maior estágio, o do adulto - a adulez. As investidas na infância se caracterizam pelo fato da criança ser um projeto de adulto, do que virá a ser (LIBARDI, 2016); e também pela distinção social dos espaços ocupados entre a imagem do adulto e da imagem de criança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados sobre os diversos autores que trabalham com as noções da infância, demonstraram que existem e existiram diferentes processos que construíram modos de tratamento ao longo da história sobre a criança e o espaço que a mesma ocupa em seu âmbito familiar e social, que no hoje parecem apontar para uma nova perspectiva contemporânea de infância.

⁷ O iluminismo refere-se a um movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII, reconhecido como século das luzes, que enfatizava a razão e a ciência como instrumentos para de explicar o universo.

Com os dados analisados, vê-se que é preciso compreender a infância e, conseqüentemente, a criança não como um ser único e universal, mas sim como um ser cultural, que vive uma experiência social e pessoal construída todo o tempo. Ao buscarmos por tomar a concepção de infância como construção, resultante do valor da cultura e da experiência, permiti-nos refletir sobre um aceitar da história e um pensar no futuro de modo a corresponder com as expectativas de políticas para crianças que garantam e protejam sua situação peculiar de desenvolvimento.

Haja vista, que através desse e demais estudos históricos sobre a temática, pode-se constatar que o conceito de infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois direciona todo o atendimento prestado à criança pequena. Deste modo, a Educação Infantil está intrinsecamente ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança. Além do mais, é possível perceber que a educação voltada para criança pequena só ganhou notoriedade quando esta passou a ser valorizada pela sociedade. Sendo que, se não houvesse uma transformação de postura em relação à visão que se tinha de criança, a Educação Infantil não teria mudado a sua forma de conduzir o trabalho docente e também não teria aparecido um novo perfil de educador para essa etapa de ensino. A este educador, logo, não seria cobrado dele especificidade no seu campo de atuação, e a criança permaneceria a receber um atendimento voltado somente para questões físicas, tendo suas outras dimensões, como a cognitiva, a emocional e a social despercebidas.

As pesquisas que estão sendo desenvolvidas em artigos publicados, nos capítulos de livros, nas dissertações de mestrado e doutorado, entre outros, sobre a infância contribuem com uma construção mais humanizada do conceito e visão sobre a criança e a infância. Quando se anseia por uma educação de qualidade em que a escola possa propiciar à criança o acesso ao conhecimento respeitando sua(s) infância(s), suas características e especificidades que lhe são inerentes, entender estas questões e outras que são peculiares as crianças, se torna indispensável aos futuros profissionais da educação, em especial da Educação Infantil, visto que, para adentrar neste espaço se faz crucial compreender os mundos infantis historicamente, culturalmente e socialmente.

De tal modo, o nosso estudo deve ser tomado como ponto de partida para a produção de demais estudos científicos na área da Educação Infantil. Dado que, com a breve análise feita desse processo histórico até a Era da modernidade, é evidente que não se limita até aqui, ao que foi exposto. A criança dos dias atuais, é encarada, como já supracitado neste trabalho, como um ser histórico, mas antes de fazer menção a esse fator contemporâneo é inevitável a realização de um relato dos fatores que anteciparam tal entendimento sobre a(s) infância(s) do hoje.

Contudo, o conceito de infância construído pela humanidade, o qual não podemos perder de vista, acarretou numa padronização da criança, como se esta fosse um ser universal, sem características próprias de cada sociedade e de cada contexto histórico – fator bastante marcante, apesar dos estudos contemporâneos, na educação de crianças. Nessa linha de pensamento, fica então implícito que a concepção de criança/infância independente da época, ela não é homogênea. Assim sendo, que sua caracterização vai estar sujeito principalmente de sua origem, etnia ou classe; tanto no século XVI ou XX, a criança era tida como potência de trabalho, e o é atualmente, se levarmos em consideração os milhares de infâncias e também adolescências que são deixadas de lado ainda nos dias atuais. E desta premissa, podemos ainda afirmar que o outro status adquirido para a infância permiti entender que uma concepção de infância homogênea não existe, pois esta vai ao encontro com uma realidade marcada por violência, miséria, falta de moradia, saúde e um precário ensino público, a que são submetidas crianças, principalmente, de classes desfavorecidas os quais fazem parte negros e brancos.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly. Infância e Literatura: Traçando a História. **Educação em questão**, v. 10 e 11. N.2/1.– jan./jun. 2000.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. /Tradução de Dora Flaksman.- 2. Ed.- Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARBOSA, Danielle Lemos. **Infância**: diferentes conceitos e mesmas abordagens? Análise do livro didático: Portal do Saber. (Monografia) Faculdade Alfredo Nasser. Aparecida De Goiânia, 2010.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Que infância é essa? In: **23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2000. p.1-15.

CASTRO, Lucia Rabelo de. Uma teoria da infância na contemporaneidade. In: CASTRO, Lucia Rabelo de (Org.) **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro, NAU, 1998.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: **16º COLE**, 2007, Campinas. Anais do 16º COLE, 2007.

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Anais Universidade de Uberlândia- MG, 2006, p. 882-889.

COSTA, Marli de Oliveira. **Infâncias e "artes" das crianças**: memórias, discursos e fazeres (sul de Santa Catarina - 1920 a 1950). Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol. [online]**. UERJ, RJ, v.7, n.1, p. 147-160, abr.2007.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010. (5. Ed. Atual. Ortog.) 192p.

KULLER, Jeane da Aparecida B. **Infância**: Discutindo o termo pelo viés da História. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Pinheiro-PR. 2009.

LIBARDI, Suzana Santos. **A proteção da infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos**. Tese (Doutorado) /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MOREIRA, Eliana Monteiro; VASCONCELLOS, Kathleen Elane Leal. Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. **Serviço Social & Sociedade** (São Paulo), ano 24, n. 76, p. 165-80, nov. 2003.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. História Da Infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes. **ANALECTA**, Guarapuava, Paraná. v. 3 p. 51-63, jul/dez. 2002

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, p.25-53, 2007.